

30º Encontro Anual da ANPOCS

24 a 28 de outubro de 2006

GT07 - Estudos legislativos

Coordenador(es): André Marengo (UFRGS) e Carlos Ranulfo Melo (UFMG)

Painel - Instituições Legislativas e Competição Eleitoral em Perspectiva Comparada

Ambição e trajetórias políticas dos legisladores na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai

Luciana Santana (UFMG)

*Ambição e trajetórias políticas dos legisladores na
Argentina, Brasil, Chile e Uruguai*

Luciana Santana¹

“Lembremos então, em primeiro lugar, que as instituições políticas são obras dos homens (embora vez por outra se ignore a proposição), devendo a origem e a existência inteira à vontade humana. Não acordaram os homens em manhã de estio para com elas deparar completas. Nem assemelham às árvores que, uma vez plantadas, estão sempre a crescer enquanto os homens estão a dormir. Em qualquer Estado de existência são o que são pela atuação voluntária do homem”. (John Stuart Mill)

Introdução

Há um padrão de carreira política dos deputados nos países do Cone Sul? Quais são suas ambições em termos de carreira política? Que relação pode ser estabelecida entre os arranjos institucionais de tais países e as escolhas de carreiras de seus legisladores? O que explica a variação nos padrões de carreira nesses países? Estas são algumas das questões instigadoras deste trabalho sobre os padrões de carreira e trajetória política dos legisladores na Argentina, Brasil Chile e Uruguai².

Nas últimas décadas, o Poder legislativo, com suas inúmeras ramificações, tem despontado como objeto privilegiado nas discussões acadêmicas, tornando-se tema de muito interesse principalmente no caso da América Latina³, região sabidamente

¹ Doutoranda em Ciência Política DCP/UFMG e Pesquisadora do Centro de estudos Legislativos (CEL-DCP).

² Todos os quatro países são presidencialistas e cumprem os requisitos mínimos da definição procedimental de democracia nos termos de Dahl (1994): competição institucionalizada pelos lugares de poder, através da realização de eleições periódicas e competitivas.

³ Morgenstern (2003), defende a necessidade dos estudos a respeito da esfera legislativa nos países latino-americanos, chega mesmo a afirmar que “we therefor cannot gain an understanding of the nature of politics in these countries without a careful analysis of their legislatures”. O autor comenta ainda que, a literatura corrente que discutiria este tema na ciência política internacional, tenderia analisar os Legislativos latino-americanos como: a) obstáculos recalcitrantes às iniciativas do executivo e, mesmo até, contribuintes para um regime de instabilidade política na região; b) assembléias de sinecuras subservientes, cuja independência e

marcada pelo domínio de Estados fortes e centralizadores. No entanto, os estudos sobre carreiras e trajetórias políticas ainda se apresentam de forma tímida frente a outras temáticas presentes na ciência política e pode ser considerado um campo fértil a ser explorado, muito importante por oferecerem subsídios para se entender melhor a representação política, a democracia e os processos que permitem seu desenvolvimento e consolidação nos países em questão.

A maior parte dos estudos que são desenvolvidos segue uma das premissas dominantes na literatura norte-americana, a de que a meta principal daqueles que ocupam cargos legislativos é a sua própria reeleição (Fenno, 1973; Arnold, 1990). Dessa forma, uma vez assegurada a consecução deste objetivo, os legisladores podem preocupar-se com outras coisas, como ocupar cargos importantes na Casa e produzir o que consideram ser boa política pública⁴. No entanto, isso não pode ser considerado uma regra para os países da América Latina, haja vista que as taxas dos parlamentares que buscam se manter no posto legislativo são diferenciada reunidas em dois e menores do que nos EUA.

No caso dos países em análise, considero como hipótese principal que os diferentes arranjos institucionais, por serem capazes de produzir resultados diferenciados no que se refere ao processo político, teriam incidência sobre os padrões de carreiras políticas dos deputados nos quatro países.

autonomia teria sido minada por fraudes eleitorais, política patrimonialista, ou ambos; c) um congresso venal de representantes locais, primariamente auto-interessados e desejosos de relegar ao presidente as tomadas de decisão. Ele chega a afirmar que estes estudos também tenderiam a deixar de lado os estudos de caso onde os Presidentes adotam posturas de concessões aos Legislativos, com isso se evitando compreender “*the dark side of Latin American politics*”. Ainda segundo o autor, “*when politicians expect democratic institutions to last, ambition theorists assume they respond to the incentives inherent in the constitutions and electoral systems*”. Ou seja, para a manutenção de um sistema político “verdadeiramente democrático” seria necessário o apoio fundamental em um sistema racional-legal que confirmasse as regras formais e os procedimentos num sistema político e eleitoral.

⁴ As relações logicamente plausíveis entre estas três metas são brilhantemente examinadas por Arnold em *The Logic of Congressional Action* (1990).

Para este trabalho foram utilizados dados sobre os deputados e as características das instituições políticas da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai reunidos em dois bancos de dados: a) Banco de dados de autoria própria contendo informações sobre os deputados e acompanhamento de suas trajetórias de forma longitudinal. Os dados foram organizados em um banco de dados (SPSS), com informações de 3144 parlamentares, assim distribuídos: a) 702 casos: deputados argentinos (1985-2001); b) 1659 casos: deputados brasileiros (1990-2002); c) 481 casos: deputados chilenos (1990-2001) e d) 302 casos: deputados uruguaios (1990-2004); b) Banco de dados Pesquisa Instituições Políticas em Perspectiva Comparada na América do Sul (Fundação Konrad Adenauer/IUPERJ e DCP-UFMG, 2004).

O texto está organizado da seguinte maneira: na primeira seção serão examinadas algumas das principais variáveis institucionais que produzem impactos sobre as escolhas e trajetórias dos legisladores.

Os deputados serão o principal foco da análise da segunda seção, com o objetivo de apresentar as principais características socio-políticas e verificar a ocorrência, ou não, de diferentes perfis de legisladores nos diferentes países. A terceira seção versará sobre o tema ambição política, através da análise das trajetórias de carreira dos legisladores.

Impactos institucionais sobre o padrão de Carreira e trajetória Política

A construção de uma carreira política deve levar em consideração várias características dos parlamentares, tipo de socialização política, experiências. Mas para além desses fatores, a construção de uma carreira política depende também do desempenho e contexto institucional no qual o deputado está inserido. Desta forma, a formatação do sistema político de cada país tem impacto na estrutura de oportunidades em termos de carreira e de ascensão política. Para alguns

especialistas, é necessário, portanto, estar atento aos seguintes aspectos: o formato político-administrativo do Estado (se federativo ou unitário); as características dos partidos, bem como o formato e a dinâmica do sistema partidário (Norris, 1996; Norris, 1997; Norris e Lovenduski;1995) e do formato do sistema eleitoral.

Isso endossa a idéia norteadora deste trabalho é a de que os diferentes arranjos institucionais, por serem capazes de produzir resultados diferenciados no que se refere ao processo político, teriam incidência sobre os padrões de carreira nos países escolhidos para a análise. Nessa seção, irei apontar de que forma esses arranjos podem vir ou não a acarretar impactos sobre as carreiras.

Os quatro países possuem arranjos institucionais diferenciados entre eles. Apesar de todos serem repúblicas presidencialistas dotados de sistema bicameral, temos dois países federalistas (Brasil e Argentina) e dois países unitários (Chile e Uruguai). Três países deles possuem sistema eleitoral de representação proporcional (Argentina, Brasil e Uruguai) e o Chile com um sistema majoritário com viés proporcional.

A seleção de candidatos no Brasil e Chile se dá através de listas abertas e na Argentina e Uruguai, através de listas fechadas. Sendo que as listas brasileiras são compostas tendo em vista distritos de elevada magnitude, ao contrário do Chile, onde apenas duas cadeiras estão em disputa em cada distrito. Por outro lado, enquanto na Argentina, as listas são definidas no plano provincial por determinação das lideranças locais, no Uruguai o processo se verifica no plano nacional e se mostra mais democrático, sendo permitida a participação de militantes. Tal combinação de fatores indica para um padrão mais fechado de carreira, no sentido de que um determinado ator, o líder partidário regional, concentra razoável gama de poder no que se refere às escolhas de carreira, pois pode influenciar no “destino” do parlamentar, ou seja, mesmo que o deputado queira se

reeleger, ele precisa ter um aval do partido, com quem compartilha a responsabilidade de decisão.

Ser federalista ou não é uma das variáveis que mais força produzem sobre o comportamento político. Pois estes aspectos da estrutura político administrativa do país, nos evidencia se o poder entre os atores político é mais ou menos centralizado.

A estrutura administrativa do país irá pautar as oportunidades em termos de carreira política. Supõe-se que quanto maiores forem as oportunidades de escolhas de cargos eletivos para o candidato, maior será a taxa de indivíduos com ambição progressiva, principalmente em relação a cargos nos executivos estaduais ou provinciais. Já nos países Unitários, as possibilidades são mais limitadas para os candidatos. Poucos têm chances reais de serem eleitos para outros cargos.

Agregando-se ao impacto do tipo de estrutura político-administrativa as características do sistema eleitoral e dos partidos, os resultados são outros. Na Argentina, a mistura entre federalismo e o sistema eleitoral de representação proporcional com lista fechada nas províncias, faz com que os políticos tenham menor poder de decisão sobre suas carreiras. Poder que é transferido parcialmente para os líderes provinciais no momento de decidir se os deputados permanecerão no legislativo nacional ou ocuparão outros cargos. A disputa mais acirrada se dará no processo de seleção interna ao partido, sem maiores interferências dos eleitores.

As principais evidências e explicações sobre o comportamento parlamentar na Argentina realçam o impacto da organização partidária (Mustapic, 2000) e, em especial, o papel dos líderes partidários provinciais no processo de nomeação dos candidatos e, por conseqüência, no *career path* dos deputados (Jones, 1997; De Luca,

Jones e Tula, 2000). Além das regras eleitorais e partidárias, há também a influência do sistema federalista (Bastravo, 2003).

No Brasil, a mistura entre federalismo e sistema eleitoral de lista aberta aponta no sentido de ampliar o grau de liberdade dos políticos nas escolhas de carreira. Além do elevado número de cargos disponíveis, o controle dos partidos sobre a lista é precário – à inexistência de ordenamento, soma-se o fato de que, diferentemente da Argentina, são muitos os partidos competitivos e não existe custo algum para se trocar de legenda, desde que isso seja feito até um ano antes das eleições. Com esse grau de liberdade, a ambição progressiva pode prevalecer sobre a ambição de tipo estática, tendo em vista, como já se viu, os atrativos existentes nas unidades sub-nacionais. Ainda que isso não permita desconhecer que um número considerável de legisladores opte por construir suas carreiras no legislativo nacional, o fato é, no Brasil, tornou-se comum um padrão de carteira dotado de circularidade, qual seja, aquele no qual o político alterna a ocupação de postos no Executivo e no Legislativo.

No caso dos países unitários, a história muda um pouco de figura. No caso do Chile, a escolha de candidatos em distritos binominais e através de listas abertas juntamente com o caráter unitário e mais centralizado da organização do Estado, restringe a oportunidade de disputas no cenário externo ao legislativo. Parte dos cargos executivos, no caso os Departamentos, são ocupados através de indicação, a critério do Executivo Nacional. A tendência é que haja um maior número de legisladores com ambição estática.

O Uruguai é um país unitário e assim como o Chile, as estruturas de oportunidades em termos de carreira são mais restritas do que os países federalistas. Em relação ao funcionamento do sistema eleitoral, a escolha dos candidatos é feita através de lista fechada. No entanto, os eleitores podem intervir

na escolha dos candidatos a presidente e que encabeçaram as listas do partido. Essa modificação foi introduzida a partir da reforma eleitoral em 1996. Antes, o sistema vigente era o “Voto Duplo Simultâneo” foi substituída pelo “Voto Múltiplo Simultâneo”. Em uma mesma lista, o eleitor vota em seu candidato a presidente, senador e Deputado nacional. Os sub-lemas permaneceram para a escolha dos deputados e senadores, mas cada partidos só tem direito de ter um candidato a presidente. Até 1996, os partidos lançavam mais de uma lista, encabeçadas por candidatos os presidentes distintos.

Outra consequência foi que o poder de decisão com relação aos candidatos aos cargos no legislativo passou das mãos dos líderes regionais e nacionais para as mãos de várias facções internas aos partidos. As disputas no interior dos partidos políticos passam a ser mais fortes, inclusive por que se criou espaço para que o deputado tenha um comportamento mais independente de seu líder. Os deputados e senadores são eleitos a partir de um só voto, dado pelo eleitor na lista partidária. Ou seja, senadores não precisam mais votos do que deputados para se elegerem; apenas as vagas são em menor número.

O Perfil dos deputados da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai?

Além de conhecer as regras e procedimentos responsáveis pelo ordenamento das arenas eleitoral, partidária e legislativa, outro ponto que merece ser destacado para melhor se entender como se estruturam as carreiras políticas dos deputados é o perfil dos parlamentares. Saber quem eles são e suas experiências profissionais podem auxiliar a tarefa de identificar se suas ambições políticas são circunscritas ao poder legislativo ou se são externas a essa arena.

O perfil dos legisladores nos quatro países se aproxima do perfil descrito por Santos (2004) para os deputados federais no Brasil. Como mostra o autor, os

deputados federais são, majoritariamente, homens, com escolaridade superior, e formação nas áreas de direito, medicina, administração ou economia. Ao contrário da realidade sócio-cultural dos cidadãos dos quatro países, os deputados fazem parte de uma elite muito qualificada em termos de formação acadêmica e profissional.

Em todos os países, a maior parcela dos parlamentares, ou seja, 66,7 % estão na faixa de idade entre 40 e 59 anos de idade; 11,3% estão na faixa de idade com mais de 60 anos e 22,1% dos deputados possuem menos de 39 anos.

Em relação à escolaridade, o percentual entre os membros da Câmara dos Deputados que possuem ensino⁵ Fundamental e Médio ou técnico completo ou incompleto na Argentina é de 15,5% , no Brasil, 16,5 % no Chile 15,0% e 14,5% no Uruguai. Nos quatro países, a taxa de legisladores que possui curso superior é alta, ou seja, na Argentina é de 72,5%, no Brasil de 69,5 % , no Uruguai de 74,6% e no Chile de 70,6%. É considerável também a taxa dos que possuem curso superior com pós-graduação⁶, conforme pode ser observado no caso do Chile⁷ e Brasil, países que alcançam uma percentagem de 14,4 % e 14,0% respectivamente.

No quesito formação acadêmica, o perfil dos parlamentares sofre pequenas alterações de país para país. Há uma predominância de cursos como Administração, Direito, Engenharia, Medicina, Economia e cursos na área da educação. Dentre esses, a formação no curso de Direito se sobressai, atingindo um percentual de 31,4% do total de legisladores nos quatro países. A Câmara dos Deputados do Brasil apresenta a maior média (34,9%) de parlamentares com

⁵ A nomenclatura pode variar de país para país. A referência do nível de ensino está adaptada conforme a nomenclatura utilizada no Brasil, em equivalência aos outros países.

⁶ Especialização, mestrado ou doutorado.

⁷ A taxa de 14,4% de deputados corresponde aos que concluíram o Ensino médio ou técnico. Nos demais países, essa taxa agrega desde os que tem Ensino Fundamental incompleto, até os que possuem o Ensino médio e Técnico.

formação em Direito⁸, ao contrário da Argentina, onde essa média é mais baixa (26,6%) dentre os quatro países. Outros cursos tradicionais nestes países, como é o caso da Engenharia e Medicina também abarcam um considerado número de deputados. Na Argentina, encontramos a maior média de legisladores com formação em áreas da educação ou Magistério: 8,6%. No Chile, encontra-se a maior concentração de deputados com formação na área de engenharia: 16,3%.

O mapeamento da atividade profissional dos deputados pode nos dar uma pista de sua vinculação à grupos de interesse, os quais terão suas preferências vocalizadas com maior facilidade no interior do Legislativo. Ademais da formação acadêmica, a maior parte dos legisladores teve experiência em atividades econômicas e financeiras diversas. Destas ocupações, uma média de 12,1% dos legisladores chegaram a ter ocupação profissional de produtor rural 8,3%, trabalharam na área da saúde, 9,2% exerceram atividades empresariais, 13,7% atuaram como advogado 8,7% como professor ou em outras áreas da educação e 10,9% não tiveram atuação profissional anterior, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela II - Distribuição Percentual dos Deputados de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai por ocupação profissional ou atividade econômica.

Área de Formação	Argentina (1983-002)	Brasil (1990-2002)	Chile (1990-2001)	Uruguai (1990-2004)	Total
Advogado	13,6%	18,9%	10,0%	12,1%	13,7%
Profissional de saúde	8,0%	11,3%	5,0%	9,0%	8,3%
Professor	11,0%	6,6%	7,8%	9,5%	8,7%
Produtor rural	9,5%	12,0%	17,0%	10,0%	12,1%
Empresário	11,1%	4,8%	12,4%	8,4%	9,2%
Funcionário público civil	5,2%	3,0%	3,8%	2,5%	3,6%
Outras áreas	30,2%	34,6%	30,5%	38,5%	33,5%
Nenhuma	11,4%	8,8%	13,5%	10,0%	10,9%

⁸ Apesar de todo o tradicionalismo da profissão do “advogado”, a formação neste curso é muito necessária para o processo legislativo. Isso não fecha, no entanto as portas para um parlamento mais heterogêneo, do ponto de vista profissional.

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

No que se refere à participação da mulher nestes legislativos, a taxa é baixa, ou seja, apenas na Argentina as taxas chegam a ultrapassar os 20% (veja tabela II), sem, no entanto, superar a cota de 30% reservada a elas nas listas partidárias.

Tabela II - Distribuição Percentual dos Deputados de Argentina, Brasil, Chile e Uruguai por Gênero.

Sexo	Argentina (1983-2002)	Brasil (1990-2002)	Chile (1990-2001)	Uruguai (1990-2004)	Total
Feminino	23,5%	6,2%	13,3%	10,5%	13,9%
Masculino	76,5%	93,8%	86,7%	89,5%	86,1%
N	702	1659	264	302	2927

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Para Cordero (2004) a configuração das carreiras políticas dos deputados também deve levar em consideração cinco tipos de experiências de socialização, ou seja, a participação em: a) cargos de liderança em entidades estudantis, b) nos partidos políticos, c) na administração pública, d) em organizações da sociedade civil ou e) em outros postos de representação popular.

A análise do perfil dos legisladores nos aponta alguns dados interessantes em relação a esse posicionamento. Uma média de 82% dos deputados participaram do movimento estudantil, sendo que 46 % ocuparam efetivamente cargos de direção estudantil. Cargos de representação interna nos partidos políticos foram ocupados por 66 %. 14 % dos deputados ocuparam cargos na Administração pública.

A filiação partidária é uma regra obrigatória para que os candidatos possam concorrer a algum cargo de representação política nos quatro países. A participação em cargos de direção partidária proporciona ao candidato mais visibilidade no próprio interior do partido e frente à sociedade. Desta forma, é interessante ressaltar que um número considerável de legisladores tem em seus

currículos o registro de participação nestes cargos. A média de legisladores que possuem este registro chega a 71% no Uruguai, 70% no Chile, 69 % no Brasil e 55% na Argentina.

Tabela III: Percentagem média de deputados que participaram em cargos de direção em outras instâncias de poder.

Participou nos seguintes cargos	Argentina (1983-2002)	Brasil(1990-2002)	Chile (1999-2001)	Uruguai(1990-2004)	Total
Movimento estudantil	84,0%	87,0%	79,0%	78,0%	82,0%
Dirigente de Entidade estudantil	46,0%	47,0%	40,0%	49,0%	46,0%
Cargos de direção nos Partidos Políticos	55,0%	69,0%	70,0%	71,0%	66,0%
Cargos na administração Pública	11,0%	13,0%	23,8%	9,0%	14,0%
Organizações da sociedade Civil e Igreja	65,0%	48,0%	51,0%	Não identificado	—
(N)	585	1418	467	289	2759

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

A média de participação em cargos de direção da Administração pública é de 11 % na Argentina, 13% no Brasil, 23,8% no Chile e 9% no Uruguai. E no caso das organizações não governamentais, a média na Argentina é a mais alta dos quatro países, ou seja, 65 %; no Chile é de 51% e no Brasil 48%. Não foi possível obter essa informação para o caso uruguaio.

As rotas que conformam a trajetória política dos legisladores antes de ocupar seus postos na Câmara dos Deputados são importantes por revelarem a experiência adquirida e, ao mesmo tempo, fornecerem uma sinalização a respeito de sua ambição e seu padrão de carreira.

A ocupação e desempenho obtido em cargos eletivos de representação política ou cargos no primeiro escalão da administração pública são algumas das principais variáveis que contarão para os partidos e para o eleitor na escolha de um nome como candidato em uma próxima eleição.

Na Argentina, temos, em média, 35% dos deputados argentinos ocuparam cargos eletivos como deputado provincial 23,0% como Concejal Municipal, 11,0 % como Alcades, 2% como governadores e vice-governadores e apenas 1% como senador. O percentual de deputados que chegou a ocupar cargos não eletivos foi de 35 %.

Tabela IV -Cargos ocupados anteriormente pelos deputados eleitos na Argentina (1983-2001)

Países	Cargos eletivos	% Média	Cargos não eletivos	% Média
Argentina	Presidente	0,0%	Cargos 1º. Escalão no Executivo Nacional	4,0%
	Vice-presidente	0,0%	Cargos de 1º. Escalão no Executivo Provincial	4,0%
	Governador	2,0%	Cargos 1º. Escalão no executivo Municipal	6,0%
	Vice-governador	2,0%	Cargos 2º. Escalão nível nacional	6,0%
	Alcalde.	11,0%	Cargos 2º. Escalão nível provincial	6,0%
	Deputado Nacional	28,0%	Outros cargos no executivo municipal	7,0%
Base: 702 deputados	Senador	1,0%		
	Deputado provincial	35,0%		
	Concejal municipal	23,0%		

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

No Brasil, a maior parte dos deputados teve passagem pelos legislativos estadual e municipal, o que representa uma experiência importante no que se refere ao processo legislativo. Das prefeituras municipais seguiram para a Câmara dos Deputados, 12,5% dos eleitos. Apenas 1,1% dos deputados tiveram passagens pelo Senado e nenhum chegou anteriormente à Presidência da República.

Tabela V -Cargos ocupados anteriormente pelos deputados eleitos no Brasil (1990-2002)

Países	Cargos	% Média	Cargos não eletivos	% Média
Brasil	Presidente	0	Cargo 1º. Escalão administração federal	2,2%
	Vice-presidente	0	Cargo 1º. Escalão administração Estadual	18,1%
	Governador	1,6%	Cargo 1º. Escalão na administração municipal	9%
	Vice-governador	2,4 %		
	Prefeito	12,5%		
	Vereador	16,6%		
	Deputado Estadual	25,8%		

	Senador	1,1%		
	Deputado Federal	23,8%		

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Dos cargos não eletivos, 18,1% tiveram passagem pelo 1º. escalão da Administração estadual, 9% do 1º. Escalão da Administração municipal e apenas 2,2% chegaram a ocupar cargos na administração federal.

Tabela VI- Cargos ocupados anteriormente pelos deputados eleitos no Chile (1990-2001)

Países	Cargos Eletivos	% Média	Cargos não eletivos	% Média
Chile	Presidente	0,0 %	Cargo 1º. Escalão executivo nacional (ministro)	1,9%
	Vice-presidente	0,0 %	Cargo 1º. Escalão executivo sub-nacional (secretário)	7,1%
	Alcalde.	43,4%	Intendente ou governador ⁹	9,2%
	Deputado Nacional	39,9%	Alcade designado	36,8%
	Senador	6,2%	Cargo 2º.e 3º. Escalão executivo nacional	34,5%
	Concejo Municipal.	66,1%		

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Dos deputados chilenos que ocuparam cadeiras na Câmara entre 1999 e 2001, a maior parte passou por cargos eletivos na esfera municipal, sendo que 66,1% marcaram presença no legislativo municipal (consejo municipal) e 43,4% do executivo municipal (alcades). Na esfera nacional, apenas 6,2% dos deputados tiveram passagem pelo Senado e nenhum deputado chegou a ocupar a presidência do país. Dos 481 legisladores chilenos, um total de 39,9 % seguiu sua trajetória na própria Câmara dos Deputados, cultivando uma carreira legislativa.

Em relação aos cargos não eletivos, apenas 1,9% dos deputados chegou a ocupar o cargo de ministro de Estado; 7,1% foram secretários departamentais e 9,2% estiveram no cargo de Intendente ou governador dos Departamentos do país. Um percentual de 36,8% foram alcades designados pelo presidente do país e 34,5

⁹ Cargos designados pelo presidente da república chilena.

ocuparam cargos de segundo e terceiro escalão na estrutura política do executivo nacional.

No início da trajetória política dos deputados, segundo os dados, há uma tendência dos políticos em buscar a posição de deputado, e somente depois partir para a busca por outros cargos, em especial, os cargos considerados “mais altos”.

Sobre o Uruguai, assim como no Chile, a estrutura de oportunidade em termos de carreira é muito restrita. Entre os cargos eletivos, 12,0 % dos candidatos tiveram passagem pelo executivo municipal e 6,0 % pelo Senado. Nos cargos não eletivos, 10 % passaram pela Administração Pública do Estado e 2 % foram intendentess.

Tabela VII- Cargos ocupados anteriormente pelos deputados Uruguai (1990-2004)

Países	Cargos Eletivos	% Média	Cargos não eletivos	% Média
Uruguai	Presidente	0	Intendentess	2%
	Vice-presidente	0	Postos Ocupados na Administração executiva	10%
	Prefeito	12%		
	Deputado Nacional	26%		
	Senador	6%		

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

Pode-se considerar que a percentagem de deputados que ocuparam cargos eletivos no período que antecede seu mandato na Câmara é relativamente baixa, mas não podemos esquecer que o período em análise ocorre imediatamente após o fim das ditaduras, quando as eleições ou estavam interrompidas ou ocorriam apenas de forma indireta, sem a participação de partidos ou cidadãos.

E em termos comparativos, podemos perceber que a variável: estrutura político-administrativa afeta as escolhas dos deputados. Os países federalistas favorecem uma carreira política mais diversificada em termos de cargos eletivos ocupados do que os países unitários. As estruturas de oportunidades são maiores do que nos países unitários.

Deputados: Carreira, trajetória e Ambição política

Os estudos sobre comportamento parlamentar nos EUA partem de uma premissa comum e que se tornou quase unânime na literatura (Morgenstern, 2003; Mayhew, 1974; Fenno, 1978; Arnold, 1990, e tantos outros), qual seja, a suposição que a *reeleição* é a meta principal a ser atingida pelos políticos.

Em se tratando do comportamento político, não se pode negar que as ambições são responsáveis pela condução das ações dos políticos. Para Scott Morgenstein (2002), *“Ambition, channeled by incentives and institutions, drives politics.”* Eu vou um pouco mais adiante, além de direcionar os rumos das políticas no seu sentido mais amplo, o que envolve as *“ações e estratégias dos políticos, as ambições são responsáveis pelos diferentes tipos de comportamentos por eles adotados”*.

Para o autor, *“Ambition theory as applied to the U.S. Congressional politics relies on several implicit and explicit assumptions regarding a) legislator goals, b) strategies to obtain those goals (which are based on the electoral system), c) the distinctive party configuration, and d) the given constitutional balance of power.”* (Morgenstein, 2003.).

Ao publicar o livro *Ambition and Politics* (1966) sobre o caso norte-americano, Schlesinger, se tornou precursor e principal referência internacional em trabalhos sobre decisões de carreiras. Seu objetivo foi investigar as características dos indivíduos que concorriam aos vários cargos políticos disponíveis nos EUA e identificar aqueles que conseguiam se reeleger. Uma das contribuições fornecidas por esse estudo, foi a apresentação de uma tipologia sobre o comportamento adotado pelos políticos, tomando como base suas ambições políticas, classificando-as em *ambição estática* e *ambição progressiva*.

Nos termos do autor, a *ambição estática* seria o desejo ou tendência de um político concorrer à reeleição, isto é, sua ambição seria ficar no mesmo posto para o qual foi eleito. O avanço do político para um cargo, considerado “mais alto”, foi denominado de *ambição progressiva*. Carlos Pereira e Leoni (1999), ao investigar o caso brasileiro enriqueceram a tipologia com um terceiro tipo: a *ambição regressiva*, que compreende a volta dos deputados para cargos de menor prestígio ou “mais baixos”.

Para chegar a essa tipologia, as estruturas de oportunidades de cargos e carreiras políticas¹⁰ existentes tanto nos EUA, quanto no Brasil foram as principais variáveis consideradas. Além disso, os incentivos fornecidos pelo arcabouço institucional no qual estão inseridos, as interações entre as estruturas eleitorais e partidárias, os recursos disponíveis no interior das organizações legislativas das Câmaras e até mesmo nas relações entre os poderes estão entre os elementos são capazes de influenciar as escolhas e posicionamentos dos legisladores.

Ao comparar o caso dos EUA com o caso do Brasil, Chile e México, Morgentein (2003) conclui que: “... *legislators in others Latin American cases a) are not homogeneous reelection seekers, b) follow different strategies into office c) are restrained by different constitutional arrangements, and d) operate within vastly different party alignments.*” (Morgenstein, 2003)

Como o arranjo político institucional dos países da América Latina é diferente do formato dos EUA, pode-se esperar que a ambição política dos legisladores leve-os a trilhar caminhos distintos daqueles geralmente encontrados pelos que se debruçam sobre o caso norte americano.

¹⁰ Essas oportunidades de carreiras, aqui são os cargos eletivos e não eletivos dentro da estrutura político administrativa de cada país.

Desta forma, para utilizar a tipologia mencionada, ponderações e adaptações devem ser feitas. Esse cuidado se justifica uma vez que existe enorme diferenciação entre o arranjo institucional dos países aqui estudados e os EUA.

Não se pode afirmar com precisão que o é considerado, como ambição de tipo progressiva ou regressiva para os EUA, possa ser aplicado imediatamente para os casos da Argentina, Brasil, Chile ou Uruguai, já que nem todos os cargos considerados “mais altos” ou “mais baixos” nos EUA, fornecem os mesmos incentivos e visibilidade aos políticos de outros países. Não é suficiente transportar conceitos e tipologias de outros sistemas políticos. Segundo Santos (2000) para delinear até que ponto um cargo pode ser considerado “superior” ao outro, o determinante será o grau de influência decisória e poder de agenda que o cargo exerce em determinado contexto histórico ou político.

Um exemplo disso, é que os recursos e incentivos providos pelas prefeituras no Brasil são muito diferenciados entre elas, por causa do próprio porte do município e importância econômica do município para o país. Deve-se considerar, ainda sua importância eleitoral no Estado, inclusive em caráter agregado a outros municípios vizinhos¹¹. Essa observação se aplica também para o caso dos governos estaduais no Brasil, das províncias na Argentina ou para as Alcaldias no caso chileno.

Isso fica evidente para o caso da Argentina. Em recente estudo, Jones (2004) faz a seguinte afirmação *“The position of national legislator is merely one station on a lengthy political career path that normally begins as well as ends in the legislator’s home province. As consequence, the behavior of deputies and senators is best explained by a modified version of progressive ambition theory (where progressive is interpreted in a more flexible manner), with static ambition (i.e., where a deputy or senator pursues a career in the Chamber or Senate respectively) and, especially, discrete ambition (where the deputy*

¹¹ Municípios atuando de forma conjunta podem ter forte influência política no Estado e no país.

withdraws from politics after serving their term in office) being uncommon. (Jones, 2004:18).

Na análise do padrão de carreira nos países da América Latina, proponho a utilização da tipologia formulada pelos autores citados com certas adaptações. A *ambição estática* deve ser considerada o desejo, tendência ou freqüência de um político concorrer à reeleição, isto é, sua ambição é ficar no mesmo posto para o qual foi eleito. Não havendo restrições à possibilidade de se reeleger para a Câmara dos Deputados ou mesmo para o Senado, essa ambição se traduz na construção de uma carreira legislativa, o que tende a contribuir para uma maior especialização, domínio das regras e procedimentos da organização legislativa pelos parlamentares.

Schlesinger (1966), define o avanço do deputado para um cargo, considerado mais “alto”, como *ambição progressiva*. Considero como cargos mais altos no caso dos países em estudo: a) Presidência da República (Presidente ou Vice), b) Governos estaduais ou provinciais (Governador ou Vice), c) Prefeituras de “grande porte”, ou seja, capitais de Estados, Províncias ou Departamentos, d) Senado da República, e) Ministro de Estado ou primeiro escalão na Administração do Governo (Exemplo: Presidente Banco Central). Assim como o avanço que certos políticos fazem para a Câmara dos deputados provenientes dos seguintes cargos: a) Legislativos em unidades sub-nacionais, ou b) cargos no executivo municipal, desde que não seja capital da unidade sub-nacional, ou cargos não eletivos das províncias, Estados municípios e alcaldias.

A *ambição regressiva* compreende a volta dos deputados para cargos “mais baixos” ou de menor prestígio. Tal movimento seria expresso pela saída do Legislativo em âmbito nacional e retorno: a) para o Legislativo em unidades sub-nacionais, ou b) para cargos no executivo com menos prestígio e menor disponibilidade de

recursos, como, por exemplo, prefeituras ou postos não eletivos nas unidades sub-nacionais de porte médio ou pequeno e com pouca visibilidade regional ou nacional.

Como contribuição para com a literatura, proponho um quarto tipo, ao qual denomino de “*ambição dinâmica*”. Tal comportamento é típico do parlamentar que não possui objetivos de carreira na Câmara dos deputados e nem em arenas externas ao legislativo. Sua meta pode ser em um caso manter-se efetivamente na arena legislativa, se revezando entre a Câmara dos Deputados e o Senado da República ou mesmo se revezando entre a Câmara dos deputados e outros postos eletivos, sua ambição não ocorre apenas em um único sentido¹². Neste último caso, pode-se conjecturar que seu objetivo é manter-se de alguma maneira em instâncias de poder eleitoralmente instituídas, não importando o cargo. Pela tipologia “clássica” tal tipo de comportamento seria, ora classificado como progressivo, ora como regressivo, quando parece mais correto entendê-lo como um padrão específico de carreira, ao qual denomino circular.

A denominação “*ambição dinâmica*” pode ser também aproveitada como forma de qualificar o comportamento político em países onde há pouca disponibilidade de cargos a serem disputados no país. Quando o político tem apenas como oportunidade de carreira a rotatividade entre os cargos existentes, como forma de manter-se na atividade política, sem condições de vislumbrar certo tipo de ascensão política, por falta de alternativas.

Finalmente, outra consideração, diz respeito à escolha dos legisladores para deixarem a vida pública, retornando para a vida privada. Eles podem vir atuar em suas áreas de formações acadêmicas, ou mesmo utilizar os “*expertises*” obtidos no

¹² Sua trajetória pode ser, por exemplo, Câmara dos Deputados - Prefeitura (ou Ministro/Secretaria de Estado) - Câmara dos deputados.

legislativo, ou mesmo executivo, em trabalhos de Consultorias, Assessorias técnicas, em organismos não governamentais ou outros.

A média de deputados que tentou se reeleger foi de 28,1% na Argentina, 72,0% no Brasil, 70,2% no Chile e 72,5% no Uruguai. A busca pela reeleição no Brasil, Chile e Uruguai mostrou índices relativamente altos e semelhantes, mas o mesmo não pode ser dito a respeito do que obtiveram sucesso em seu objetivo. A média de deputados que permaneceram em seus cargos legislativos foi de 22,1% na Argentina, 45,2% no Brasil, 53,8% no Uruguai, e 60% no Chile. As diferenças nas taxas de reeleição e renovação legislativas podem ser explicadas pelo impacto dos arranjos institucionais.

A Argentina é o caso que merece maior destaque do ponto de vista de renovação legislativa. Suas taxas são as mais altas entre os quatro países, alcançando uma média de 77,9%. Certamente temos aí um fator prejudicial ao funcionamento da instituição legislativa, uma vez que torna-se difícil, senão impossível, a criação de um grupo de legisladores especializados, experientes e dotados de capacidade para fazer fluir com eficiência os trabalhos legislativos.

Na Argentina, os líderes partidários provinciais tem certa força sobre as carreiras dos deputados. Eles não permanecem no legislativo; preferem alçar outros vãos, principalmente rumo aos governos provinciais. Em alguma medida, pode explicar de certa maneira porque a taxa de busca pela re-ocupação do cargo é baixa. Isso faz com que no padrão de carreira observemos a prevalência de uma ambição de tipo progressiva em detrimento da estática.

Mas vale a pena ressaltar que estas taxas têm apresentado sinais leves de crescimento, conforme pode ser visto na tabela XXIV. Para Bastravo (2003), na Argentina, *"parece existir uma fracción numericamente menor pero cualitativamente*

fundamental que lleva adelante muy claramente una carrera legislativa ligada a la vida parlamentaria y partidária- y a los recursos que ello otorga-. Si se acepta nuestro argumento, entonces debemos establecer qué tipos de incentivos existen para que esto ocurra y por qué algunos enfoques parecen 'ciegos' respecto de este tipo de diferenciaciones."

Entre os quatro países, Brasil e Uruguai, encontram-se em uma posição intermediária. No primeiro, desde 1990, a busca por um novo mandato vem se mantendo no mesmo patamar, ao passo que as taxas de reeleição apresentaram um ligeiro crescimento, indo de 37,0% naquele ano a 49,9% em 2002. A média para o período ficou em 45,2%.

Verificando a taxa de busca pela reeleição, no Brasil, podemos observar que os candidatos que ocuparam os cargos de deputados entre 1990 e 2002 apresentaram um índice de ambição estática. E um número considerável de candidatos que concorreram a essas eleições não obteve sucesso; certamente uma explicação para essa ocorrência está na alta competitividade nas eleições para estes cargos.

Alguns estudos, como o de Samuels, 2005 têm demonstrado que a ambição de legislador brasileiro não está voltada para a permanência na Câmara dos Deputados e sim para a busca de outros cargos, em especial, no poder Executivo. Talvez esse não seja o melhor caminho para se explicar padrões de carreira no país; afinal, o percentual de candidatos que busca se reeleger é relativamente alto, o que ocorre é que muitos não alcançam esse objetivo.

Dentre deputados que não buscam se manter no legislativo, a maior parte almeja cargos mais altos, seja no governo de Estado ou mesmo em prefeituras de Capitais. Tais carreiras, construídas parcialmente fora do legislativo, podem ser explicadas pela estrutura de oportunidades proporcionadas pelo sistema federalista, o qual

torna disponível, no plano sub-nacional, recursos preciosos para a sobrevivência política.

Um dado que merece destaque é que 7,5% dos que ocuparam uma cadeira na Câmara dos Deputados entre 1990 e 2002, foram anteriormente prefeitos municipais; depois de eleitos deputados e cumprirem seus mandatos, buscaram concorrer novamente o cargo de prefeito municipal. Denominei esse "zigue-zague" entre os cargos de prefeito e deputado federal como um tipo de ambição dinâmica.

Voltando aos dados sobre reeleição e renovação legislativa, o Chile é de todos os casos o que chega mais próximo à afirmação dos estudos norte-americanos de que o objetivo primordial dos deputados é se reeleger.

Entre 1990 e 2002, um número expressivo de deputados, ou seja, 70,2%, buscou se reeleger e 60% deles obteve sucesso, demonstrando um alto índice de ambição estática nas suas estratégias e ações políticas. O legislativo é uma instância muito importante para os políticos e para a sociedade chilena. Um dos fatores que também explicam esse fenômeno é o pequeno número de cargos eletivos disponíveis aos políticos. A própria estrutura do sistema político no país favorece esse tipo de comportamento. Além da Câmara dos Deputados, outros cargos podem que ser alcançados pela via eleitoral são o Senado, a Presidência da República e as Alcaldias. O cargo no âmbito municipal chileno, ou seja, as Alcaldias, não possuem o mesmo grau de autonomia política e de recursos que encontramos no Brasil.

Ao comparar dois períodos distintos (1965-1973 e pós 1990) da história política chilena, o período anterior e posterior à ditadura chilena, Navia (2000) aponta que não há variações significativas quanto à busca pela reeleição entre os deputados no país em caráter longitudinal, que se manteve alta desde antes da ditadura chilena.

Para ele, isso se deve ao grau de importância que a instituição legislativa passou a ter para os meios de comunicação e para a sociedade de forma geral, *“puesto que los candidatos que se presentan a reelección tienen mayor background mediático que los que se presentan por la primera vez, lo que se traduce en mejores perspectivas de reelección.”*(Navia, 2000)”

Assim como no Chile, as oportunidades de carreira no Uruguai são poucas. Mas o comportamento dos parlamentares é diferente. Apesar da taxa de busca pela reeleição ser semelhante à do Chile e Brasil, apenas 53,8 % atingem o objetivo de se manter na Câmara dos Deputados.

No Uruguai, no entanto, ocorre um tipo de movimento semelhante ao verificado no Brasil. A diferença está em relação aos cargos que são buscados pelos deputados. Entre 1990 e 2004, 6,0% dos deputados que buscaram o cargo de senadores em uma eleição, retornam depois para o cargo de deputado nacional. O mesmo ocorre em relação à rota Intendência Municipal e Câmara dos Deputados: 5 % dos candidatos circulam entre estes cargos. Estamos, portanto, diante de outro exemplo daquilo que foi acima definido como um padrão dinâmica de ambição política.

Trata-se de um padrão de carreira que não apresenta um sentido único, optando, ao contrário, por alternar a esfera de atuação de tempos em tempos. No caso do Uruguai, ademais da baixa estrutura de oportunidades no país, deve-se levar em conta que as eleições para o Senado e para a Câmara são definidas com base em um único voto dado pelo eleitor na lista partidária é-, o que pode influir sobre as escolhas feitas pelos candidatos.

De acordo com o que foi apresentado neste tópico, pudemos perceber claramente que os padrões de carreiras nos quatro países são diferentes no que diz respeito à

trajetória política alcançada pelo conjunto de deputados. Ou seja, trajetória bem sucedida.

Agora, se tomarmos o percentual dos que buscam a reeleição, o padrão no Brasil e no Uruguai está próximo do Chile, ou seja, ao tipo de ambição intrínseco ao comportamento parlamentar nestes países é a ambição estática. A ambição política dos parlamentares em cada país tende a se voltar mais para um sentido. O único caso que se difere dos demais é a Argentina, onde tende a prevalecer mais um tipo de ambição progressiva, no Chile predomina entre o conjunto de seus deputados um tipo de ambição estática.

As variações no percentual dos que buscam a reeleição e obtêm sucesso entre os países pode ser explicado, como já mencionei anteriormente pelo grau de competitividade política de cada país¹³. Assim como também pelo grau de “accountability” entre representantes e representados.

Não foi possível conseguir todas as informações sobre os postos ocupados posteriormente pelos deputados que não buscaram a reeleição, ou mesmo não se reelegeram. Com base nos casos em que foi possível detectar a informação, chegamos à situação apresentada na tabela a baixo.

Na Argentina, os cargos mais procurados pelos deputados que não permanecem no Legislativo são o Governo provincial (9,5%), o legislativo provincial (10%), como Alcade (8,0%), o Senado (3,2%) e os cargos na administração pública (14%). O que confirma que a ambição dos deputados argentinos tende a ser progressiva.

Tabela VIII : Cargos ocupados pelos deputados que não se reelegeram ou não quiseram se reeleger

Condição	Argentina	Brasil	Chile	Uruguay
Média dos Reeleitos	28,1%	45,2%	60,0%	53,3%
Senado	3,2%	3,8%	2,8%	9,0%

¹³ No Chile, por exemplo, o sistema binominal faz com que sistema chileno seja menor do que em outros países.

Governo Provincial ou Estadual	9,5%	3,0%	1,2%	X
Legislativo Provincial ou Estadual	10,0%	3,3%	X	X
Intendência Municipal, Alcaldia, ou Prefeitura.	8,0%	6,0%	6,0%	13,6%
Cargos na Administração Estado não eletivo	14,0%	7,0%	5,4%	9,0%
Retirou-se da vida Pública	5,0%	2,0%	5,0%	5,0%
Cargos nos partidos políticos	1,2%	1,4%	2,5%	
Não foi possível identificar	21,0%	28,0%	17,1%	10,0%

Fonte: Banco de dados de própria autoria, dados eleitorais e parlamentares, repertórios biográficos, de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

No Brasil, dos deputados que deixaram a Câmara entre 1990 e 2002, 3,8 % passaram a ocupar o Senado, 3,0% foram eleitos governadores e, 12,0 % foram eleitos prefeitos¹⁴. Um percentual de 3,3% voltou a ocupar o cargo de deputado estadual e 7,0% passou a atuar em cargos da Administração Pública em seu Estado.

No Chile, a maior procura foi para o cargo de Alcaldia (6,0%), seguido por cargos na Administração pública do Estado (5,4%), e no Senado (2,8%). Voltaram para funções no interior dos partidos políticos (2,5%) ou foram indicados para serem intendentes (1,2%).

Conforme era de se esperar, os dois locais mais procurados pelos deputados uruguaios que deixam seus mandatos foram as intendenções municipais (13,6%) e o Senado (9,0%). São exatamente os cargos em que alguns deputados se revezam, constituindo um tipo de ambição dinâmica.

Conclusões

Apesar do forte embasamento teórico da literatura norte-americana, quando passamos a analisar o comportamento legislativo em outros países, como é o caso

¹⁴ Não foi possível fazer uma distinção entre o porte das prefeituras que voltaram a ser ocupadas pelos ex-deputados.

de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, começamos a perceber diferenças significativas em relação às suposições e premissas predominantes na Ciência Política.

O contexto institucional em que os legisladores norte e latino-americanos atuam são muito distintos – o que tem implicação na relação entre os poderes, na organização do legislativo, no sistema eleitoral e no sistema partidário – de forma que confirme a idéia que o padrão de carreira política nestes países seja diferenciados também entre si.

Ao longo do trabalho, tentei apresentar os principais aspectos do sistema político de cada país que poderiam ter influência na construção de uma carreira política por parte dos legisladores. Ao final chego à conclusão de que os diferentes arranjos institucionais impactam o comportamento e escolhas parlamentares, influenciando nos padrões de carreira observados.

Na Argentina, o pequeno número de deputados que busca a reeleição, bem como as baixas taxas de reeleição evidenciam claramente que a carreira legislativa não é objetivo principal da maioria dos deputados no país. Este é o caso que apresenta maior contraste com o Chile, país que apresenta alta taxa de permanência de seus legisladores na atividade legislativa. Já o Brasil e Uruguai ocupam uma posição intermediária entre os dois primeiros.

Em seguida, podemos perceber visualmente em qual posição se encontram cada um dos quatro países no que diz respeito suas ambições política.

Quadro II: Posição dos países em relação à ambição política

Maior nível de
Ambição progressiva

Maior nível de
Ambição Estática



Argentina

Brasil

Uruguai

Chile

A interferência do sistema eleitoral e do papel desempenhado pelos líderes provinciais na definição dos nomes que concorreram aos cargos eletivos no país, para os legisladores argentinos, favorece um padrão de carreira diferenciado dos demais, influenciado também pelo forte federalismo.

No Brasil, o federalismo é a variável que mais afeta o tipo de ambição política dos legisladores brasileiros e mesmo assim, a taxa de permanência na Câmara dos deputados pode ser considerada moderada. Não há uma alta taxa de renovação legislativa que possa comprometer a qualidade dos trabalhos parlamentares.

No Uruguai, as taxas de permanência e renovação são as mais equilibradas. Dois principais fatores explicam esse comportamento: a interferência das facções partidárias sobre a escolha dos nomes que concorrerão aos cargos eletivos e o baixo número de cargos disponíveis aos legisladores.

Uma novidade, no que diz respeito ao tipo de ambição política foi identificar no Brasil e no Uruguai, um comportamento peculiar, aqui identificado como uma ambição de tipo dinâmica. No Brasil, esse movimento realiza-se no percurso Câmara dos Deputados/prefeituras municipais, enquanto no Uruguai é a alternância entre a ocupação de postos na Câmara e no Senado que chama a atenção.

No Chile, as altas taxas de permanências como deputado tem como principal determinante, a estrutura de oportunidades em termos de carreira e a baixa competitividade eleitoral fruto do sistema binominal vigente no país.

A ambição estática prevalece nos caso de Chile, Brasil e Uruguai. O caso destoante fica a cargo da Argentina. A explicação, como explicitiei anteriormente, está nos efeitos combinados de suas instituições, onde se verifica a combinação de um federalismo muito forte e um sistema eleitoral com listas fechadas nas províncias. E na intervenção dos líderes partidários sobre as ações legislativas dos deputados na Câmara do deputados.

Os diferentes padrões de comportamento e tipo de ambição política dos legisladores dos quatro países em análise guardam certa relação com os procedimentos que informam a constituição dos órgãos decisório, a sua composição, as regras que presidem os processos de tomada de decisões, além da estrutura político-administrativa do estado e seus efeitos combinados

REFERÊNCIA

- Anastasia, Fátima; Correa, Izabela; Nunes, Felipe, (2004). *Caminhos, Veredas e Atalhos: Legislativos Estaduais e Trajetórias Políticas*. No Prelo.
- Anastasia, Fátima (2004). "Federalismo e Relações Intergovernamentais", In: Avelar, Lúcia & Cintra, A. Octávio (Orgs.). *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed.
- Anastasia, Fátima; Melo, Carlos Ranulfo & Santos, Fabiano. *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*. Rio De Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed.
- Arnold, Douglas (1990). *The Logic Of Congressional Action*. New Haven: Yale University Press.
- Best, Heinrich And Maurizio Cotta, Eds. (2000). *Parliamentary Representatives In Europe 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press
- Carey, John e Shugart, Matthew (1995), *Incentives To Cultivate A Personal Vote: A Rank Ordering Of Electoral Formula*. *Electoral Studies*, Vol. 14, Nº 4, Pp. 417-439.
- Cheibub, José Antônio e Camargos, Malco. (2002), *Electoral Strategies And Electoral Success In An Open-Pr System*. Yale University. Manuscrito.
- Cox, Gary e McCubbins, Mathew D. (1993), *The Legislative Leviathan. Party Government In The House*. Berkeley, University Of California Press.
- Dados obtidos en La H. Cámara de diputados de la nación (2000). Secretaría Administrativa, Dirección De Personal, Buenos Aires.
- Datos Otidos en La H. Senado de la Nación (2001). Secretaría Administrativa, Dirección De Personal, Buenos Aires.

- Diario *La Nación*, Buenos Aires, 13/9/83.
- De Luca, Miguel, Mark P. Jones, And María Inés Tula (2002). *Back Rooms Or Ballot Boxes? Candidate Nomination In Argentina*. Comparative Political Studies. (Forthcoming).
- De Luca, Miguel; Jones, Mark Y Tula, María Inés (2000). *Partidos Políticos Y Selección De Candidatos En Argentina (1983-1999)*. Trabajo Presentado En El XXII International Meeting Of Latin American Studies Association. Miami, 16-18 de Marzo.
- Di Palma, Guisepppe (1990). *Parliaments, Consolidation, Institutionalisation: A Minimalist View*. En Liebert Y Cotta (1990: 31-51
- Duverger, Maurice (1951). *Les Partis Politiques*. Paris: Librairie Armand Colin. [Edición Castellana Consultada: *Los Partidos Políticos*. México: Fondo De Cultura Económica. 1992].
- Epstein, Leon (1967). *Political Parties In Western Democracies*. New York, Washington Y London: Praeger. 2000.
- Fernández, Mario (1998). *El Sistema Político Chileno. Características y Tendencias..* En Chile en los nNoventa, Editado Por Cristián Toloza Y Eugenio Lahera. Santiago De Chile: Dolmen, 27-52.
- Ferreira, Rubio Delia (1998). "When the President Governs Alone: The decretazo en Argentina, 1989-93 en Carey Y Shugart (1998: 33-61).
- Frei, Eduardo Et Al. 1970. Reforma Constitucional 1970. Santiago de Chile: Editorial Jurídica.
- Fenno, Richard (1973). *Congressmen In Committes*. Boston: Little Brown.
- Figueiredo, Argelina & Limongi, Fernando (1999). *Executivo E Legislativo Na Nova Ordem Constitucional*. Rio De Janeiro: Fgv/Fapesp.
- Ferejohn, John (1999). *Accountability And Authority: Toward a Theory Of Political Accountability,*" In Adam Przeworski, Bernard Manin, And Susan Stokes, Eds. *Democracy, Accountability And Representation*. New York: Cambridge University Press.
- Fiorina, Morris P (1996). *Divided Government*. Boston: Allyn And Bacon./Gallagher, Michael. 1988a. "Introduction", En Gallagher, Michael Y Marsh, Michael. Eds. *Candidate Selection In Comparative Perspective: The Secret Garden Of Politics*. London: Sage.
- Fenno, Richard (1973). *Congressmen In Committes*. Boston: Little Brown.
- Figueiredo, Argelina & Limongi, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio De Janeiro: Fgv/Fapesp.
- Jones, Mark (2001). *Carreras Políticas y Disciplinas Partidarias en La Cámara de Diputados Argentina*". *Posdata* 7 (Mayo): 189-230 (Buenos Aires).
- Krehbiel, Keith (1991). *Information And Legislative Organization*. Ann Arbor: The University Of Michigan Press.
- Leoni, Eduardo; Pereira, Carlos & Rennó, Lúcio (2003). "Estratégias Para sobreviver Politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, Vol IX, Nº 1, 2003, Pp. 44-67.

Morgenstern, Scott. (2003) *.Legislatures And Democracy In Latin America*. Scott Morgenstern E Benito Nacif (Eds.) Nova York:Cambridge University Press.

Melo, Carlos Ranulfo (2004). *Retirando as cadeiras do lugar. Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Mayhew, David (1974) *Congress: The Electoral Connection*. New Haven: Yale University Press.

Norris, Pippa (1996). *Legislative Recruitment*. In: Leduc, Lawrence; Niemi, Richard G.; Norris, Pippa. *Comparing Democracies. Elections And Voting In Global Perspective*. London: Sage Publications.

Pitkin, Hanna F. (1967). *The Concept Of Representation*. Berkeley, Los Angeles, London, University Of California Press.

Santos, Fabiano (2003). *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte: Editora Ufmg; Rio De Janeiro: Iuperj.

Schlesinger, Joseph (1966). *Ambition And Politics: Political Careers In The United States*. Chicago: Rand McNally.

Schlesinger, Joseph (1994). *Political Parties and the Winning Of Office*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Siavelis, Peter (1997). "Candidate Selection Strategies For Chilean Parliamentary". Trabalho Apresentado En El XX Encuentro Anual Internacional De La Asociación De Estudios Latinoamericanos, Guadalajara (México), 17-19 De Abril.

Samuels, David J (1998). *Carreirism and Its consequences: Federalism, Elections, And Policy-Making In Brasil*. Tese de Doutorado en Ciência Política. San Diego: Universidade da Califórnia.

Santos, Fabiano (2000). Deputados Federais e Instituições Legislativas no Brasil: 1946-99. In: Boschi, R.; Diniz, Santos, F. *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

Tavares, José Antônio Giusti (1994). *Sistemas Eleitorais Nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, Estratégias*. Rio De Janeiro, Relume-Dumará.

Tribunal Superior Eleitoral - TSE. (1994, 1996, 1998, 2000,). Dados Estatísticos Eleitorais Via Sistema De Informática.

Tsebelis, George (1990). *Nested Games. Rational Choice In Comparative Politics*. Berkeley, University Of California Press.